



LAClima

LATIN AMERICAN CLIMATE
LAWYERS INITIATIVE FOR
MOBILIZING ACTION

Fortalecendo a Voz dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais nas Negociações Climáticas

Análise da LCIPP e Oportunidades de Incidência no Regime da UNFCCC

2025

**Fortalecendo a Voz dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais nas
Negociações Climáticas: Análise da LCIPP e Oportunidades de Incidência no
Regime da UNFCCC**

Outubro de 2025

Apresentação & Mensagens-chave

Às vésperas da COP 30, em Belém, falar sobre a participação efetiva de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PIPCTs) na governança do clima não é apenas pertinente – é urgente. Os impactos da crise climática recaem de forma desproporcional sobre esses grupos, enquanto suas vozes e saberes seguem sub-representados nos espaços onde se definem regras, recursos e indicadores. Este policy brief parte desse contraste, buscando entender como transformar reconhecimento simbólico em poder decisório real.

O texto apresenta, em linguagem clara, onde a LCIPP e as pautas de PIPCTs já aparecem nas trilhas de negociação da UNFCCC e onde ainda há lacunas. Após breve contextualização sobre a Plataforma e os espaços existentes para representação desses grupos, indica-se que o Plano de Trabalho de Baku (2025–2027) abre uma janela concreta para avançar: assegurar presença, interpretação, orçamento e métricas de participação que façam diferença na prática, e não apenas no papel. O leitor encontrará aqui um mapa indicativo dos gargalos e das oportunidades existentes.

As mensagens centrais são claras: é hora de sair da retórica e começar a inscrever compromissos operacionais nos textos das decisões que formam o regime climático internacional – seja para garantir salvaguardas, indicadores sensíveis a contexto, vias claras de acesso direto a financiamento para organizações de base ou outros temas identificados como prioritários. A COP 30 representa uma oportunidade para transformar a expectativa global sobre o Brasil em resultados concretos para quem historicamente protege e reinventa os territórios onde a resposta climática realmente acontece.

Sumário

Histórico de Participação de PIPCTs nas Negociações Climáticas	4
<i>O que é a Plataforma?</i>	<i>5</i>
<i>Qual o objetivo geral da Plataforma?</i>	<i>5</i>
<i>Quais as funções da Plataforma?</i>	<i>5</i>
<i>E na prática, como funciona?</i>	<i>6</i>
<i>E agora, onde estamos?</i>	<i>8</i>
<i>Resultados do 13º encontro do FWG (SB 62): rumo à COP 30</i>	<i>9</i>
PIPCTs nas Trilhas de Negociação: Incidência Transversal.....	11
<i>Adaptação</i>	<i>12</i>
<i>Artigo 6</i>	<i>13</i>
<i>Arranjos para Reuniões Intergovernamentais.....</i>	<i>14</i>
<i>Financiamento</i>	<i>15</i>
<i>Gênero</i>	<i>17</i>
<i>Medidas de Resposta</i>	<i>19</i>
<i>Mitigação</i>	<i>19</i>
<i>Oceanos</i>	<i>20</i>
<i>Tecnologia</i>	<i>21</i>
<i>Transição Justa</i>	<i>23</i>
<i>Transparência.....</i>	<i>25</i>
Desafios Estruturais e Barreiras Persistentes	26
Próximos Passos... ..	29
<i>Extra: Como nascem as Constituencies na UNFCCC – Grupos de Observadores da Sociedade Civil.....</i>	<i>31</i>
Referências.....	35

Histórico de Participação de PIPCTs nas Negociações Climáticas

A participação dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCT) nos debates internacionais sobre clima e meio ambiente começou antes de o regime climático internacional tomar forma. A mobilização remonta à conferência mundial de 1979, com anciãos e lideranças indígenas enfrentando barreiras estruturais e uma acentuada invisibilização política. Não por acaso, levaria quase duas décadas para que seus papéis e contribuições no enfrentamento da crise climática fossem reconhecidos - ou, ao menos, começassem a ser reconhecidos.

Ao longo das negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), desde 1992, lideranças indígenas e de comunidades tradicionais seguiram presentes, ainda que em números reduzidos. Essa persistência, apesar da sub-representação e das barreiras, permitiu a criação, em 2008, do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança do Clima (IIPFCC), mais conhecido como Caucus Indígena, espaço formal de articulação dos povos indígenas como grupo constituinte no processo negociador da UNFCCC.

Embora esse passo tenha ampliado o reconhecimento e a incidência das vozes indígenas, as contribuições e os papéis dos PIPCT seguiram sendo pouco considerados por Partes e tomadores de decisão. Nesse contexto, em 2015 (COP21), foi criada a Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas (LCIPP) – um marco ao oferecer um espaço efetivo para a troca de conhecimentos

e experiências, a escuta e interação entre saberes diversos e a ampliação da incidência nos processos de tomada de decisão da governança climática global.¹

O que é a Plataforma?

A Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas (Plataforma) é um espaço que se propõe a ser aberto e inclusivo, com o objetivo de reunir pessoas para compartilhar seus saberes e sistemas de conhecimento para promover o equilíbrio ecossistêmico e construir um mundo resiliente ao clima alterado. As Partes, na COP 21, reconheceram a necessidade de fortalecer conhecimentos, tecnologias, práticas e esforços de comunidades tradicionais e povos indígenas na resposta à mudança do clima. Em resumo, a Plataforma foi criada para troca de experiências e compartilhamento de boas práticas em mitigação e adaptação, de forma holística e integrada.

Qual o objetivo geral da Plataforma?

A Plataforma foi criada para fortalecer os conhecimentos, tecnologias, práticas e esforços de comunidades tradicionais e povos indígenas na resposta à mudança do clima. Também busca facilitar o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de boas práticas e lições aprendidas em mitigação e adaptação, de forma holística e integrada, e se propõe a ampliar o engajamento qualificado desses grupos no processo da UNFCCC.

Quais as funções da Plataforma?

Saberes: promover a troca de experiências e boas práticas para aplicar, fortalecer, proteger e preservar os conhecimentos tradicionais, os

¹ SHERPA, Pasang Dolma. The Historical Journey of Indigenous Peoples in Climate Change Negotiation. IUCN, 2019. Disponível em: <https://iucn.org/news/commission-environmental-economic-and-social-policy/201912/historical-journey-indigenous-peoples-climate-change-negotiation>

conhecimentos dos povos indígenas e os saberes das comunidades locais, bem como as tecnologias, práticas e esforços de PIPCTs na resposta à mudança do clima, observando o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos detentores desses conhecimentos, inovações e práticas.

Capacidade para Engajamento: fortalecer a capacidade de povos indígenas e comunidades tradicionais para participarem de forma qualificada do processo da UNFCCC, e também aumentar a capacidade das Partes e de outros atores relevantes para se engajarem com a plataforma e com os PIPCTs, no contexto da implementação do Acordo de Paris e de outros processos climáticos correlatos.

Políticas e Ações Climáticas: facilitar a integração de diversos sistemas de conhecimento, práticas e inovações no desenho e na implementação de ações, programas e políticas, em âmbito internacional e nacional, respeitando e promovendo os direitos e interesses de comunidades locais e povos indígenas. Além disso, também tem a função de fomentar ações climáticas mais fortes e ambiciosas lideradas por PIPCTs, contribuindo para o alcance das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) das Partes do Acordo de Paris.

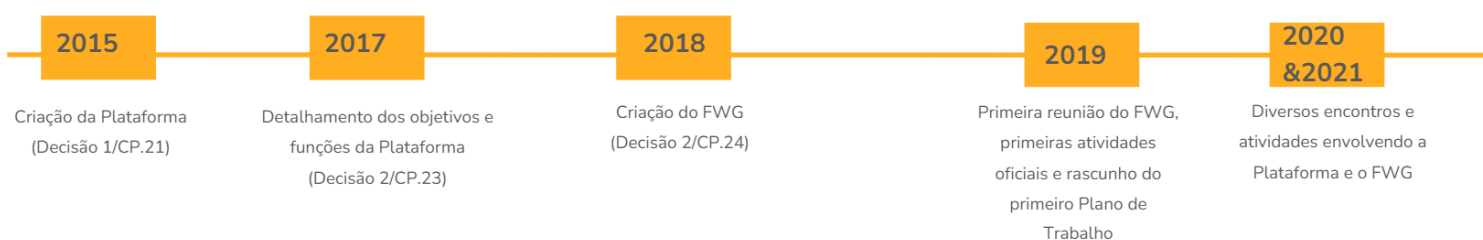
E na prática, como funciona?

Em 2018, na COP 24 de Katowice, foi estabelecido o Grupo de Trabalho Facilitador (Facilitative Working Group – FWG), um órgão constituído, que tem como objetivo operacionalizar a Plataforma e implementar suas funções (que descrevemos acima). Para garantir a sua efetividade, o FWG deve colaborar com outros órgãos, dentro e fora do regime internacional sobre a mudança do clima, e conta com o suporte técnico e administrativo do Secretariado da UNFCCC.

O FWG é composto por 14 representantes: metade indicada pelas Partes, e metade por organizações de povos indígenas.² Havia a previsão, em 2021, de que seria avaliada a inclusão de três representantes de comunidades locais e três representantes adicionais das Partes, como parte de um processo de revisão mais ampla do Grupo de Trabalho. Decisões nas COPs 24 e 26 determinaram que, de fato, três das cadeiras deveriam ser ocupadas por representantes de comunidades locais, mas o tema continua a gerar tensões e controvérsias.³

O Grupo Facilitador se encontra duas vezes por ano, em paralelo às sessões dos Órgãos Subsidiários (Subsidiary Bodies – SBs) e da Conferência das Partes. O trabalho do FWG se orienta por planos de trabalho: o primeiro período (2020-2021) foi proposto para iniciar a implementação das funções da Plataforma; o segundo período (2022-2024) foi aprovado em Glasgow e trazia mais detalhes sobre a operacionalização da Plataforma.

Linha do Tempo



² Para informações mais detalhadas sobre a composição consultar: <https://lcipp.unfccc.int/facilitative-working-group-fwg/lcipp-facilitative-working-group>

³ FANZERES, Andrea. Brazil extends the contributions of the Platform of Local Communities and Indigenous Peoples. OPAN, 2024. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/en/2024/06/04/brazil-extends-the-contributions-of-the-platform-of-local-communities-and-indigenous-peoples/>

E agora, onde estamos?

O trabalho do Grupo se encontra atualmente no seu terceiro período (2025-2027), com o Plano de Trabalho de Baku, que foi aprovado na COP 29. O plano se organiza em seis abordagens coletivas⁴:

- Encontro de Guardiões do Conhecimento;
- Engajamento Regional;
- Mesa-Redonda da Sétima Geração;
- Colaboração com órgãos constituídos e linhas de trabalho da UNFCCC;
- Engajamento aprimorado com as Partes; e
- Planejamento Estratégico Geral.

Na COP 29, as Partes acolheram o progresso na implementação das funções da Plataforma, bem como o relatório produzido pelo FWG, que incluiu o plano de trabalho atual, dando continuidade ao mandato do Grupo de Trabalho. Entre os pontos que ficaram estabelecidos, destaca-se que o Secretariado da UNFCCC ficou com a responsabilidade de explorar formas de viabilizar a participação dos membros do FWG nas SBs e nas COPs, e também arranjos para a interpretação simultânea nas línguas oficiais da ONU. Além disso, a Presidência da COP 30 foi convidada a realizar um workshop temático e promover diálogos alinhados ao plano de trabalho da Plataforma. Busca-se, entre outras coisas, promover maior engajamento e diálogo entre PIPCTs e outros atores relevantes no processo decisório sobre a governança climática.

⁴ Para informações mais detalhadas do Plano de Trabalho de Baku, consultar: [Baku_Workplan_of_the_Local_Communities_and_Indigenous_Peoples_Platform.pdf](#)

Resultados do 13º encontro do FWG (SB 62): rumo à COP 30

O Grupo Facilitador realizou seu 13º encontro nos dias 10 a 13 de junho de 2025, em Bonn, às vésperas da SB 62. A agenda de 4 dias intensos de atividades tratou de questões operacionais (como a transição dos membros do FWG para o novo período e eleição nos novos facilitadores do Grupo) e também de temas como o Plano de Trabalho atual da plataforma, aprofundando nas 6 abordagens coletivas propostas para o período de 2025-2027.

Durante o encontro, foram realizadas dinâmicas em pequenos grupos de discussão e sessões informais de reflexão colaborativas, com o objetivo de promover debates concretos, acionáveis e inclusivos. Dentre os temas abordados, foi apresentado o lema da Plataforma para 2025, que havia sido construído anteriormente em encontro do FWG: *“Ambitious and just climate action rooted in holistic stewardship”*.⁵

O grupo também discutiu modalidades de trabalho para o FWG, bem como um potencial cronograma das atividades previstas para 2025 e durante o Programa de Trabalho de Baku. Além disso, foi apresentada a previsão de oportunidades relevantes para o engajamento do FWG durante a SB, abarcando workshops, reunião entre órgãos constituídos da UNFCCC e outras sessões. Nesse contexto, vale notar que a Plataforma vem buscando construir pontes e diálogo com outras entidades dentro do processo da UNFCCC, como o Comitê Permanente de Finanças (SCF) e o Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG), e de outras esferas de governança, como o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica e o Banco Mundial.

Dentre os fatos que marcaram o encontro, merece menção a presença inédita e massiva de uma delegação de representantes de Povos e Comunidades

⁵ Tradução livre: Ação Climática Justa e Ambiciosa enraizada em gestão holística”.

Tradicionais, acompanhada de representantes da sociedade civil, organizações de base e do governo do Brasil – o que gerou tensões e algum desconforto em um grupo que ainda não implementou a decisão que garantiria a representatividade formal de Povos e Comunidades Tradicionais dentro do FWG.

Em seguida em setembro de 2025, durante a Semana do Clima da África, em Addis Ababa, Etiópia, houve o evento mandatado “COP 30 Presidency Advancing the Role of Local Communities in the UNFCCC Process”, o evento foi marcado pelo compartilhamento de informações, experiências e conexões entre representantes de comunidades tradicionais internacionalmente.

A resistência ao reconhecimento formal e presença das Comunidades Locais dentro da Plataforma deriva, em parte, de um receio de que isso poderia ameaçar direitos dos Povos Indígenas, duramente conquistados dentro do contexto da governança climática global. Soma-se a isso confusões conceituais e diferenças culturais que determinam compreensões distintas sobre quem seriam as Comunidades Locais (ou, como entendemos no Brasil, Povos e Comunidades Tradicionais).⁶

Essa tensão, associada a outros desdobramentos, fez o tom subir nas sessões e os ânimos, culminando na fala de Mary Lyons, do grupo indígena Ojibwe, que lembrou a todos os presentes que as disputas reais estavam fora daquela sala. A líder espiritual trouxe a reflexão de que a Plataforma é um pequeno espaço (“uma caixinha”), e que é preciso superar as barreiras e levar as visões do grupo para além daqueles limites impostos.

⁶ FANZERES, Andreia. We're still here. OPAN, 2025. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/en/2025/06/21/were-still-here/>

PIPCTs nas Trilhas de Negociação: Incidência Transversal

A participação e referência aos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais nas negociações climáticas se expande para além do âmbito da Plataforma, com presença cada vez mais transversal em outras temáticas de negociação na UNFCCC. Essa tendência pode e deve se solidificar cada vez mais com o engajamento contínuo entre os atores e fortalecimento da capacidade de participação de PIPCTs nesses espaços.

Durante a SB 62 a LACLIMA observou as menções e participação de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais em múltiplas trilhas e salas de negociação. A partir desse processo, identificou-se que o crescente reconhecimento discursivo ainda é muito desigual entre as trilhas, e que essas referências raramente são acompanhadas por considerações relevantes nos textos encaminhados para a COP.

Nesse contexto, apresenta-se abaixo uma compilação de menções a PIPCT nas trilhas de negociação, que abarcam temas como Adaptação, Artigo 6, Arranjos para Reuniões Intergovernamentais, Financiamento, Gênero, Medidas de Resposta, Mitigação, Oceanos, Tecnologia, Transição Justa e Transparência. Ao mesmo tempo em que se descreve como essas referências foram observadas, apontam-se oportunidades relevantes e lacunas para participação qualificada. Em casos de rascunhos de texto ou notas informais encaminhadas para a COP30, as menções a PIPCTs também são analisadas.

Adaptação

As salas de negociação de adaptação, que contam com grande mobilização e presença da sociedade civil, tipicamente conta com a participação de representantes e menções a PIPCT, já tendo consolidado algumas posições sobre a inclusão desses grupos em decisões importantes no passado.

É o caso, por exemplo, a decisão que criou a Estrutura para o Objetivo Global de Adaptação (GGA), na COP 28, que afirma que os saberes e cosmovisões de povos indígenas devem ser considerados e suportar os objetivos de adaptação, e inclui os saberes tradicionais (sistemas indígenas e locais) como herança cultural que deve ser protegida dentro de uma das metas temáticas de adaptação. A importância dos saberes tradicionais, saberes de povos indígenas e sistemas de conhecimento locais foi reiterada na decisão sobre o GGA na COP 29, o que reforça a sua consideração no contexto do Programa de Trabalho sobre os Indicadores do GGA – a discussão de maior destaque no contexto atual da trilha de adaptação.

Nesse sentido, o rascunho de decisão sobre o GGA enviado para a COP 30, que foi desenvolvido em Bonn durante a SB 62 e está longe de ser consensual, abarcou as inúmeras menções que foram feitas ao longo dos vários dias de negociação, reconhecendo mais uma vez a necessidade de que as ações de adaptação devem ser baseadas na melhor ciência disponível, levando em consideração os conhecimentos tradicionais, saberes indígenas e sistemas de conhecimento locais, e que os indicadores do GGA devem capturar informações relevantes sobre diversos grupos, incluindo Povos Indígenas (a menção a comunidades locais foi excluída do rascunho).

Em paralelo, as negociações sobre os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), que continuam enfrentando disputas políticas relevantes, resultaram em um

rascunho de decisão (não consensual) que aponta para a importância dos sistemas de conhecimento locais e indígenas, e defende a inclusão de múltiplos stakeholders na construção dos NAPs, incluindo referência a PIPCTs.

Por fim, destaca-se que embora a referência a PIPCTs nas salas de adaptação seja uma ocorrência comum, tem se observado uma tendência, por parte de algumas Partes (como o Canadá e Austrália) de buscar o tratamento diferenciado entre Povos Indígenas e Comunidades Locais nos textos de decisão. Além disso, as menções normalmente se limitam a afirmações pouco materiais, refletindo o baixo aprofundamento sobre as possibilidades efetivas de integração das visões e da participação de PIPCTs dentro das agendas negociais.

Artigo 6

As complexas negociações sobre o artigo 6 conta com participação expressiva de PIPCT, especialmente no contexto dos espaços de troca de informações sob a agenda das abordagens não-mercadológicas. Nesse sentido, é comum que os Pequenos Estados Insulares e países da América Latina como Bolívia e Colômbia façam referência a esses grupos para compartilhar projetos de ações climáticas idealizados ou em execução, além dos desafios enfrentados e lições aprendidas.

Por outro lado, apesar da relevância do tema, salvaguardas socioambientais e participação de PIPCT nesses instrumentos não foram explicitamente tratados na SB 62 – mas essa relação é objeto de consideração nos trabalhos em desenvolvimento pelo Órgão Supervisor do PACM (SBM), no que tange à elaboração das regras complementares para o funcionamento do mecanismo. Em relação a esse assunto, vale notar que o Caucus Indígena apresentou um documento, em 2023, apontando que a operacionalização de salvaguardas e garantia do direito de Consentimento Livre Prévio e Informado ainda é desigual,

sobretudo em mecanismos de mercado e arranjos setoriais – com a manutenção de lacunas de governança e barreiras para a participação efetiva.⁷

Arranjos para Reuniões Intergovernamentais

Nas discussões atuais sobre a COP 31, as Partes permanecem divididas no que diz respeito as negociações sobre o próximo país a receber a COP. A Austrália reforçou ao longo de toda a conferência o desejo de receber a COP31 em parceria com países do Pacífico e reconheceu a importância da participação de povos indígenas, jovens e crianças no processo de uma COP. Essa menção não é isolada e a Austrália se posiciona sobre PIPCT também em outras trilhas, demonstrando uma maior abertura para incidência e apoio na inclusão de linguagem sobre PIPCT.

As negociações centralizaram-se nas oportunidades de intervenção e ordem da fala entre Partes e Observadores, assim como no número de organizações credenciadas na UNFCCC, e como isso pode melhorar para maior diversidade e representação dos grupos da sociedade civil. O Canadá foi uma das únicas Partes que abertamente defendeu aumento do número de observadores com foco em crianças e jovens, povos indígenas, mulheres e gênero, e também ao aumento das oportunidades de intervenção para esses observadores.

Na versão final do texto negociado, reafirma-se o papel essencial das organizações observadoras no processo da UNFCCC e propõe medidas para garantir uma participação mais inclusiva e equilibrada, com atenção especial à representação de regiões sub-representadas. No que se refere aos PIPCTs, destaca-se a recomendação de que as presidências da COP, com apoio do

⁷ IIPFCC. Position of Indigenous Peoples on Article 6.4 Participation. UNFCCC, 2023. Disponível em:

https://unfccc.int/sites/default/files/resource/SB007_call_for_input_indigenous_International%20Indigenous%20Peoples%20Forum%20on%20Climate%20Change.pdf

Secretariado, continuem a engajar uma ampla gama de organizações observadoras, em especial aquelas representando juventudes, mulheres e gênero, e Povos Indígenas. O objetivo é assegurar uma participação significativa e inclusiva desses grupos nas sessões da UNFCCC, tanto na preparação quanto durante os eventos, por meio de melhorias logísticas, ampliação de oportunidades de intervenção e valorização de suas contribuições, inclusive por meio de submissões escritas.

Financiamento

As negociações da trilha de financiamento se ramificam em múltiplos itens de negociação e salas diferentes, o que, junto com a natureza técnica das discussões, aumenta a complexidade da leitura desses espaços políticos. No contexto dos diálogos do Artigo 2.1c em complementaridade com o Artigo 9, os workshops são estruturados para iniciarem com uma apresentação de especialistas, seguidos de grupos de discussão paralelos. Em algumas das discussões sobre planos de transição, as principais menções PIPCTs vieram da Colômbia, Barbados e Dinamarca.

A Colômbia, em nome do AILAC, defendeu que a transição e o alinhamento dos fluxos financeiros com os objetivos do Acordo de Paris devem incluir todos os seguimentos da sociedade e contar com o consentimento de Povos Indígenas. Com relação a como planejar e implementar os planos de transição, Barbados destacou a necessidade de coleta de dados desagregados e avaliações de risco que considerem comunidades vulneráveis, não apenas considerando gênero, mas incluindo crianças e idosos e Povos Indígenas. Já a Dinamarca compartilhou uma abordagem de baixo para cima como parte da sua estratégia para incluir Povos Indígenas na Groelândia nas suas NDCs. Nesse contexto, compartilharam que vão até as comunidades rurais e escutam como os Povos Indígenas

experienciam as mudanças climáticas, defendendo que esses povos são fonte de conhecimento e uma oportunidade para educar outras pessoas.

Os Workshops do Diálogo do Artigo 2.1c não são negociações formais e não há rascunho de texto encaminhado para a COP30. Após o segundo workshop, um relatório será encaminhado e as Partes decidirão o futuro do diálogo durante a COP30.

Em paralelo, durante as Consultas do Roadmap (Caminho) Baku-Belém para US\$ 1,3 trilhão, algumas partes mencionaram PIPCT, ainda que com algumas nuances. A Suíça, em nome do EIG, e a Austrália, defenderam que o Roadmap explore opções para beneficiar os grupos mais vulneráveis como Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (local communities), mulheres e meninas, jovens e crianças. “Extensão de benefícios” é a linguagem do NCQG, muito criticada por alguns grupos por não tratar do acesso a financiamento como benefícios e não como direitos desses grupos vulneráveis.

Com relação a acesso direto, pauta muito importante para o IPO, apenas o Chile, em nome do AILAC, e a Colômbia falaram abertamente sobre transparência nos fluxos e acesso direto para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas. Os posicionamentos da Bolívia, Costa Rica e Armênia convergem na defesa de uma abordagem inclusiva, que reconheça e valorize o papel dos Povos Indígenas e outros grupos vulneráveis na luta contra as mudanças climáticas. As três Partes ressaltam a importância de ir além das soluções baseadas no mercado e de garantir mecanismos financeiros que não aprofundem desigualdades ou criem novas dívidas, como os financiamentos concessionais. Enfatizam a necessidade de reformas institucionais e do alinhamento do setor privado com princípios de equidade social centrada nos direitos humanos e povos indígenas, destacando que o financiamento climático deve ser acessível, justo e centrado nas necessidades das comunidades mais afetadas. Com relação ao processo de

consulta do Roadmap (Caminho), o Canadá destacou a importância da inclusão de vários atores, principalmente povos indígenas.

Ainda não foi apresentado um rascunho do que será o *Roadmap (Caminho) Baku-Belém para US\$ 1,3 trilhão*, então não foi possível analisar como essas menções serão refletidas no relatório das Presidências da COP29 e COP30 no final do ano em Belém.

Gênero

Durante as negociações do novo Plano de Ação de Gênero (GAP), algumas Partes defenderam importantes menções a PIPCT, tanto no que diz respeito a participação desses grupos, como a valorização de conhecimentos tradicionais.

O Grupo AOSIS e a Nova Zelândia destacaram a importância da participação significativa de mulheres, povos indígenas e comunidades locais, e o México, em nome do ELG, reforçou a importância, adicionando a necessidade de reconhecimento integral dos direitos de defensoras ambientais e de direitos humanos (WEHRD). Já a República Dominicana valorizou a inclusão de menções a povos indígenas, com referências específicas às mulheres indígenas e comunidades locais, e destaque aos impactos diferenciados da mudança do clima sobre esses grupos.

Com relação a conhecimentos tradicionais e indígenas, as Filipinas reforçaram a centralidade desse conhecimento e o Brasil sugeriu inclusão (na Atividade A.2 do Plano) de menção explícita à troca de conhecimentos tradicionais e indígenas, se opondo à proposta da União Europeia de fundir atividades distintas, defendendo manter povos indígenas separados de conhecimentos tradicionais de forma explícita. Canadá e Austrália se manifestaram diversas vezes em defesa da forma correta de mencionar “indigenous people, local communities”,

sugerindo vírgulas e capitalização para garantir o tratamento diferenciado entre os dois grupos.

Com relação a financiamento direto para PIPCTs, a República Dominicana fez proposições de linguagem atrelando fundos de financiamento climático a comunidades indígenas, e enfrentou oposição do Canadá em diversos momentos, reiterando que não poderiam apoiar esse tipo de linguagem. Essa situação das negociações é interessante para analisar menções e apoios discursivos que não se concretizam em momentos de compromissos mais relevantes ou operacionalização de mecanismos concretos e fundos.

A minuta mais recente do novo GAP, que será encaminhada para a COP30, incorpora múltiplas referências a povos indígenas, comunidades locais e mulheres indígenas, especialmente nas seguintes atividades: **A.2:** promove troca de conhecimentos sobre modalidades de acesso a financiamento, visando ampliar o acesso de organizações de base, povos indígenas e comunidades locais a fundos climáticos; **A.5:** menciona explicitamente mulheres indígenas e de comunidades locais como foco na análise dos impactos das mudanças climáticas e seu papel como agentes de mudança; **B.1:** propõe capacitação em liderança e negociação para mulheres indígenas e de comunidades locais, entre outros grupos, em todo o processo da UNFCCC; **B.3:** prevê financiamento para a participação de comunidades locais e povos indígenas de países em desenvolvimento nas negociações; **B.4:** destaca a participação e liderança de mulheres e meninas indígenas e de comunidades locais em decisões sobre clima e gênero; **B.6:** propõe reforço à segurança e mecanismos de apoio para defensoras ambientais, mulheres e meninas indígenas e de comunidades locais; **D.2:** trata da implementação de soluções baseadas na natureza com a participação de mulheres indígenas especialistas, promovendo também o fortalecimento de conhecimentos e práticas tradicionais; **D.4** (em negociação):

AOSIS e Quênia defenderam a inclusão de entregáveis sobre troca de conhecimentos com envolvimento direto de PIPCTs; **D.6:** aborda o fortalecimento da integração de gênero com medidas para facilitar o acesso a financiamento por organizações de mulheres de base, povos indígenas e comunidades locais, inclusive por meio de acesso direto.

Medidas de Resposta

Não houve menções relevantes a PIPCT na trilha de negociação sobre Medidas de Resposta em Bonn. O contexto das negociações de Medidas de Resposta foi tencionado pela inclusão de discussões sobre medidas unilaterais de mercado na agenda, o que dominou a maior parte das discussões. No entanto, essa agenda trata de questões importantes para a transição, e a consideração de PIPCT nessas decisões é de extrema relevância. A falta de menção é uma lacuna importante e deve ser analisada com atenção para potenciais estratégias de incidência.

Mitigação

No contexto do Programa e Trabalho para Mitigação (MWP) apenas duas menções explícitas aos PIPCT foram identificadas – no contexto de acesso a financiamento climático e implementação de ações de mitigação.

Nesse sentido, a União Europeia destacou que as florestas devem ser consideradas como fatores relevantes para a redução de emissões e defendeu que o financiamento climático seja direcionado levando em conta os PIPCTs. A fala reconhece o papel desses povos na conservação dos ecossistemas e a necessidade de assegurar que sejam beneficiários de recursos e políticas de mitigação.

Por outro lado, a Colômbia, em nome da AILAC, expressou críticas à forma como o MWP vem sendo conduzido, destacando as lacunas nos meios de implementação para ações de mitigação. Defendeu que os recursos existentes devem ser mais bem canalizados e que é necessário ampliar de forma consistente o financiamento a fundo perdido. Nesse contexto, enfatizou que os Povos Indígenas e as Comunidades Locais devem estar entre as prioridades da plataforma proposta pelo Brasil no âmbito do MWP, de modo a fomentar fluxos de financiamento voltados a projetos de mitigação.

Oceanos

Nos Diálogos de Oceanos, uma pauta relativamente nova dentro das discussões da UNFCCC, uma das perguntas norteadoras questionava: “Como melhorar o acesso à ciência oceânica, *integrando sistemas de conhecimento tradicionais e locais* e fortalecendo a capacidade de pesquisa oceânica, especialmente nos países em desenvolvimento, para enfrentar as mudanças climáticas e promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha?”. Neste caso, é perceptível a tentativa dos facilitadores de incluir esses temas no debate, ainda que a reação das Partes não seja sempre de muito engajamento e receptividade com a temática. As poucas menções a PIPCT foram no âmbito da construção das NDCs.

No debate sobre a inclusão de medidas sobre Oceanos nas NDCs, a Enviada Especial da Presidência da COP30 para Oceanos mencionou como obstáculo a falta de reconhecimento de conhecimentos locais, e indicou a necessidade de que os compromissos sejam baseados na ciência, nos conhecimentos tradicionais e na perspectiva das comunidades indígenas e costeiras.

Em uma apresentação sobre a NDC da Indonésia, foi destacado que reconhecem o papel de comunidades tradicionais e locais na gestão de ecossistemas

costeiros, especialmente por meio de ações voltadas à resiliência de comunidades costeiras. Ressaltou-se o reconhecimento legal da prática tradicional “SASI”, conhecimento ancestral de comunidades costumeiras que estabelece restrições periódicas à pesca, caça e colheita, com base em regulamentos locais e costumes tradicionais. Por fim, foram mencionados possíveis indicadores para medição de adaptação no âmbito do Objetivo Global de Adaptação, incluindo a integração de conhecimentos indígenas e locais.

Na apresentação sobre a NDC da Colômbia, destacou-se as medidas adotadas para melhorar a resiliência costeira apoiando as comunidades costeiras, mas PIPCT não foram mencionados explicitamente. Pelo formato de Diálogos, não há rascunho de textos para a COP30, nem notas informais desse encontro.

Tecnologia

No âmbito das discussões sobre Tecnologia, a minuta de decisão do Programa de Implementação de Tecnologia (Technology Implementation Programme - TIP), encaminhada para a COP30, incorporou pela primeira vez uma referência direta a tecnologias indígenas como objeto de apoio do mecanismo, afirmando que a implementação do programa deve *"...ser nacionalmente conduzida, sensível a gênero, empoderar mulheres e jovens e apoiar, inter alia, tecnologias tradicionais, locais e indígenas, bem como tecnologias dos Povos Indígenas e Comunidades Locais."*

Um dos pontos ainda em discussão na agenda é a estruturação dos diálogos técnicos globais e regionais para o avanço do programa. Em algumas das opções do texto encaminhado é prevista a participação explícita de povos indígenas e comunidades locais nesses espaços de diálogo, ao lado de juventude, mulheres, setor privado e organizações multilaterais. Caso essa previsão seja mantida na decisão final da COP30, poderá representar um avanço relevante ao criar canais

regulares de escuta e engajamento para esses grupos no âmbito do Mecanismo de Tecnologia. Ainda que essa participação não configure representação formal nos órgãos decisórios, ela sinaliza uma abertura institucional importante para a inclusão de suas demandas e perspectivas nos processos técnicos de planejamento e implementação tecnológica.

Em paralelo, a proposta de revisão das funções do CTCN (Climate Technology Centre and Network) também inclui menções relevantes. No anexo que define as funções revisadas do Centro, o item (d)(i) determina: *"Aprimorar a cooperação com centros de tecnologia e organizações nacionais, regionais e internacionais relevantes, incluindo aquelas que facilitam a participação de comunidades locais e povos indígenas, que promovem tecnologias indígenas e endógenas."* Essa é uma das menções mais claras à necessidade de cooperação com instituições representativas desses povos. Embora a linguagem seja facultativa ("facilitam"), ela cria base textual para futuras exigências de representatividade e parcerias formalizadas.

Em relação ao tema de mobilização de recursos, o documento referente ao subitem 14(c) da agenda aborda a articulação entre tecnologia e financiamento. A menção mais significativa está no parágrafo 13 do draft decision: *"[Reconhece a necessidade de engajar ampla gama de stakeholders, incluindo povos indígenas e comunidades locais, assegurando sensibilidade de gênero, no fortalecimento dos vínculos entre os Mecanismos nos níveis apropriados.]"*

Essa inclusão é crucial pois indica que o fortalecimento das sinergias institucionais também deve levar em conta a diversidade de atores, reconhecendo os povos indígenas como stakeholders relevantes na ponte entre tecnologia e financiamento. PIPCTs foram mencionados de forma mais frequente do que em ciclos anteriores nas discussões e nos textos sobre desenvolvimento e transferência de tecnologia. Ainda que a linguagem

permaneça genérica e de caráter aspiracional, esses documentos abrem precedentes para maior inclusão no futuro.

Transição Justa

As negociações de Transição Justa foram frutíferas para menções aos PIPCTs, feitas por várias Partes – ainda que com diferenças em profundidade e robustez nas suas propostas – com importantes menções tendo sido incorporadas no texto para a COP30.

Nesse sentido, algumas Partes fizeram menções que incluem ou se referem a essas comunidades no contexto de uma transição justa. O Kyrgyzstan solicitou apoio para comunidades montanheseas, vinculando isso a empregos verdes e oportunidades inclusivas. O Brasil mencionou a necessidade de garantir participação social de grupos vulneráveis, o que pode ser interpretado como uma referência indireta a comunidades tradicionais e/ou quilombolas. O Panamá defendeu explicitamente a inclusão de afrodescendentes e de povos indígenas em isolamento voluntário, dentro do escopo das salvaguardas ambientais e sociais do programa.

As menções às Comunidades Tradicionais são associadas à necessidade de respeito a direitos humanos, inclusão em processos decisórios, proteção de seus territórios e modos de vida, e acesso a mecanismos de financiamento. No entanto, as referências a elas não evoluem para propostas concretas de mecanismos institucionais voltados especificamente para suas necessidades.

Algumas menções que incorporaram propostas mais robustas nos textos em negociação vieram da Colômbia, com sugestões sobre o reconhecimento dos impactos da extração de minerais para transição energética sobre a água, terra e ecossistemas de Povos Indígenas, e do Panamá, com o fortalecimento do texto para a inclusão de Povos Indígenas em isolamento e referência explícita ao

direito de autodeterminação e acesso direto ao financiamento climático. Adicionalmente, Fiji, em nome do AOSIS, apoiou a criação de mecanismos institucionais e inclusão de capacitações e treinamentos, o que pode beneficiar PIPCTs.

Sobre a participação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, a Organização dos Povos Indígenas (Indigenous Peoples Organization – IPO) teve uma atuação articulada e reiterada ao longo das negociações, já as comunidades locais e tradicionais (local communities) não aparecem com representação direta, mas são frequentemente associadas a outros grupos, como povos indígenas, afrodescendentes ou comunidades vulneráveis.

A nota informal do Programa de Trabalho sobre Transição Justa, que servirá de insumo para deliberação na COP30, incorpora PIPCT de forma relevante, ainda que de forma genérica. O parágrafo introdutório da nota afirma que as Partes devem, ao tomar ações climáticas, *“respeitar, promover e considerar suas obrigações respectivas sobre direitos humanos, incluindo os direitos dos Povos Indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade”*. Adicionalmente, o documento reforça a importância de uma participação ampla e significativa, incluindo explicitamente *“Povos indígenas, comunidades locais, migrantes e pessoas deslocadas internamente, pessoas de ascendência africana, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência”*, como parte da construção de caminhos de transição justa eficazes, inclusivos e participativos.

O documento também cita explicitamente a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas como uma das bases normativas que podem orientar a elaboração e implementação de caminhos de transição justa. Esta inclusão normativa fortalece a legitimidade da demanda por respeito aos direitos territoriais, culturais e políticos desses povos. Além disso, outro

parágrafo destaca a importância da adaptação liderada localmente e da proteção social, alinhadas a caminhos de resiliência climática e transição justa. Embora o termo "liderado localmente" não especifique diretamente os PIPCTs, ele se alinha com suas reivindicações por autodeterminação e protagonismo na implementação de soluções. Apesar dessas referências, a nota não apresenta mecanismos operacionais específicos para garantir o acesso direto dos PIPCT a financiamento, nem estabelece salvaguardas específicas para povos e comunidades em isolamento voluntário ou mecanismos de governança com participação garantida desses grupos.

Apesar de não conter mecanismos operacionais, vale ressaltar que não há consenso sobre a necessidade de novos arranjos institucionais no âmbito do JTWP, de forma que não se esperaria que houvesse menções aos pormenores desse mecanismo – tal como a inclusão de PIPCT –, eis que a sua própria existência/necessidade ainda é objeto de debates. Ressalta-se, ainda, que a nota informal foi preparada pelos facilitadores, sem consenso e sem garantias de adoção pelas Partes, servindo apenas de insumos para as negociações na COP30.

Transparência

Na trilha de transparência, a única menção registrada ocorreu na durante a apresentação da Guiana no Evento Mandatado do FMCP – Facilitative, Multilateral Consideration of Progress, relatando ter consultado povos indígenas na elaboração de seu Relatório Bienal de Transparência (BTR). O baixo número de referências aponta para uma lacuna crítica, especialmente considerando o crescente papel dos mecanismos de transparência na alocação de financiamento e no monitoramento do cumprimento das NDCs.

Desafios Estruturais e Barreiras Persistentes

Apesar da existência da Plataforma, do Caucus Indígena e de diversas referências a PIPCTs nas trilhas de negociação, e variados eventos e workshops para aprofundar o diálogo e viabilizar a troca de experiências, que vem crescendo ao longo dos últimos anos, a presença qualificada de PIPCTs, e especialmente a influência no processo, segue limitada por diversos fatores.

Dentre os obstáculos, destacam-se os custos de participação (viagens, vistos, tradução), associado à baixa previsibilidade orçamentária e poucos mecanismos de acesso direto ao financiamento para esses grupos. Nesse sentido, embora exista reconhecimento formal, o desenho de janelas e critérios de elegibilidade ainda cria barreiras para organizações de base, com foco excessivo em entidades acreditadas e canais governamentais. O resultado é um déficit crônico de recursos e de capacidade técnica para manter participação contínua, construir capacidades e influenciar nos processos de tomada de decisão.⁸

Para ilustrar essa barreira, aponta-se que menos de 1% do financiamento climático internacional tem chegado a direitos fundiários e gestão florestal por povos indígenas e comunidades locais, e somente uma fração mínima é transferida diretamente às suas organizações – um indicador material da assimetria de poder na governança. Essa lacuna financeira reduz a autonomia e empurra a participação para formatos episódicos.⁹

⁸ GREEN CLIMATE FUND – GCF. Independent Evaluation of the Green Climate Fund's Approach to Indigenous Peoples. GCF, 2025. Disponível em: https://ieu.greenclimate.fund/sites/default/files/document/250124-ips-final-report-top-2-web.pdf?utm_source=chatgpt.com

⁹ RAINFOREST FOUNDATION NORWAY – RFN. Falling short Donor funding for Indigenous Peoples and local communities to secure tenure rights and manage forests in tropical countries (2011–2020). RFN, 2021. Disponível em:

Sem poder decisório, com baixa influência real nos processos, sem orçamento e sem espaços procedimentais estáveis, convites para participações pontuais podem representar risco de geração de tokenismo (presença simbólica) e, em alguns casos, cooptação de agendas, com a instrumentalização da imagem da participação de membros desses grupos para legitimar decisões já tomadas – e que não necessariamente representam os melhores interesses de PIPCTs. A literatura aponta que engajamentos não substantivos em arenas políticas, financeiras e epistemológicas reproduzem essas dinâmicas de apropriação e fragilizam resultados.¹⁰

Em paralelo, relatórios e processos de reporte voltados à transparência com frequência não desagregam informações sobre participação e benefícios de PIPCTs, dificultando monitorar compromissos e corrigir rumos. Isso ocorre, por exemplo, em relação ao frágil reconhecimento de direitos e a abordagem baseada em direitos ainda incipiente nas NDCs.¹¹ Isso contribui para a dificuldade tanto de acesso a dados relevantes que poderiam informar a tomada de decisão, quanto também para o processo de invisibilização desses grupos nessas esferas de poder.

Isso tudo remonta a um processo antigo e persistente, mas paradoxal. O paradigma do desenvolvimento ocidental é associado justamente ao desequilíbrio da vida no planeta, e as soluções climáticas passam pelo questionamento dessa lógica de estruturação e valoração social¹². E, nesse

https://dv719tqmsuwvb.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/RFN_Falling_short_2021.pdf

¹⁰ REED, Graeme; ALOOK, Angela; MCGREGOR, Deborah. Decolonizing climate agreements strengthens policy and research for all future generations. *Nat Commun*, 2024, n. 4810. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41467-024-49143-x?utm_source

¹¹ IWGIA. Recognition of Indigenous Peoples in Nationally Determined Contributions. UNFCCC, 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/202302101104---IWGIA%20GST%20Indigenous%20Peoples%20in%20NDCs%20ENG.pdf>

¹² MAMANI, F. H. Vivir Bien/Buen Vivir: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales. La Paz: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CADI, 4ª ed., 2010.

sentido, há muito o que se aprender com as abordagens indígenas e comunitárias sobre estratégias de mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas.¹³

Embora se reconheça que política informadas por saberes indígenas, locais e científicos tem o potencial de evitar maladaptação, potencializar estratégias de mitigação e promover objetivos do desenvolvimento sustentável, a integração operacional de conhecimentos tradicionais e locais continua limitada, restringindo-se majoritariamente a referências retóricas.¹⁴

Não se deve deixar de apontar que algumas práticas dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais vem sendo apropriadas como "novas ferramentas verdes", ainda que esses saberes ainda sejam amplamente subutilizados em intervenções e estratégias de clima e desenvolvimento.¹⁵

Nesse cenário, em que troca de experiências e a integração entre saberes ainda é precária e incipiente, a Plataforma se apresenta como oportunidade para criar pontes e conexões para a troca e a interação de saberes – e criar de fato espaços para que as vozes de PIPCTs sejam escutadas e levadas em consideração na tomada de decisões. Contudo, para que seja efetiva, a Plataforma não deve encerrar-se em si mesma, e é necessária a associação a outras estratégias de participação nos espaços de governança e tomada de decisão.

¹³ MAKONDO, C.C.; THOMAS, D.S.G. Climate change adaptation: Linking indigenous knowledge with western Science for effective adaptation. *Environmental Science and Policy*, n. 88, 2018, p. 83-91.

¹⁴ INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC, 2020. *Climate Change and Land. Summary for Policymakers: an IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Available at: <https://www.ipcc.ch/srccl/>.

¹⁵ INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE – IUCN. *Indigenous and Traditional Peoples and Climate Change*. Executive Summary, 2008.

A Plataforma ainda permanece com um espaço relativamente invisível aos outros atores, e seus resultados permeiam pouco nos processos negociais. Em uma nova fase de atuação e com ganho de maturidade, defende-se que as discussões e trocas geradas dentro da Plataforma podem ser associadas a estratégias de incidência mais robustas, gerando resultados que superem a mera menção simbólica em textos negociais – integrando efetivamente as cosmovisões de PIPCTs nas decisões que conformam o regime climático internacional.

Próximos Passos...

A relação entre os PIPCTs e o meio ambiente já é reconhecida como fundamental para a proteção da natureza.¹⁶ Contudo, permanece a inconsistência no reconhecimento do papel desses povos nas estratégias de enfrentamento à mudança do clima. Essa lacuna sistêmica, se corretamente abordada, pode abrir espaço para o florescimento de estratégias mais amplas nos campos jurídico e político.¹⁷ A integração de saberes e de cognições diversas sobre a vida e sobre o mundo pode contribuir para o desenvolvimento de sistemas legais e normativos adequados aos limites do planeta. E, nesse contexto, processos de escuta e integração das perspectivas PIPCTs é fundamental para a construção de modelos de desenvolvimento inclusivos e realmente sustentáveis.

A Plataforma e o seu Plano de Trabalho de Baku (2025–2027) consolidam novos caminhos para troca de conhecimentos, capacitação para engajamento e incorporação de valores e sistemas de conhecimento diversos em políticas e

¹⁶ HASSE, G.; BRUCH, K.L.; STELZER, J. *Institutionalizing Biopiracy: Analysis of the Benefit-Sharing Rules in the Brazilian Biodiversity Law*. Law, Environment and Development Journal, v. 2, n. 17, 2021, p. 1-18.

¹⁷ INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE – IUCN. *Indigenous and Traditional Peoples and Climate Change*. Executive Summary, 2008.

ações climáticas. Porém, a efetividade depende de arranjos operacionais (assentos, orçamento, indicadores) e também da capacidade de comunicar e integrar seus resultados nas trilhas negociais e espaços decisórios.

Do ponto de vista da justiça climática, superar essas barreiras significa passar de “consultas” pontuais para governança com poder compartilhado, financiamento direto, salvaguardas vinculantes e métricas de sucesso que reflitam valores, temporalidades e critérios próprios dos PIPCTs.¹⁸ Em uma perspectiva pragmática, é necessário superar disputas internas e criar estratégias para fazer com que seus resultados sejam capazes de permear efetivamente o sistema.

Nesse sentido, reflete-se sobre a necessidade de ampliar os espaços de troca associados a itens específicos de negociação, ampliando também a capacidade de interagir tecnicamente e diretamente nesses processos, ampliando os espaços de fala para além de lugares de “desabafo”, construindo incidência para além de referências simbólicas.

Além disso, podem ser explorados e criados novos espaços para participação e representatividade de PIPCTs em outros mecanismos e processos internacionais (ex: CBD, Escazú, ONUDH, Fórum Permanente da ONU sobre Povos Indígenas), em mecanismos de implementação e monitoramento, além de fortalecimento de articulações inter-regionais e estratégias de advocacy multinível. Em todo e qualquer processo, deve ser garantida a participação efetiva, informada e autodeterminada dos PIPCT para a legitimidade e justiça do regime climático.

¹⁸ TORMOS-APONTE, Fernando. The influence of indigenous peoples in global climate Governance. Current Opinion in Environmental Sustainability 2021, 52:125–131. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/575c79bfb654f9e11820a1e5/t/64761ad2035757132887ac64/1745597767633/1-s2.0-S1877343521001172-main.pdf>

Extra: Como nascem as Constituencies na UNFCCC – Grupos de Observadores da Sociedade Civil

Diante de resistências e persistência de disputa por espaços, como ilustram as tensões observadas no 13º encontro do FWG em Bonn, emergem questionamentos sobre como ampliar a participação e a legitimidade da atuação de Povos e Comunidades Tradicionais (ou *local communities*) no regime climático internacional e permitir a maior colaboração entre os grupos. Nesse contexto, foi levantada a possibilidade da criação de um *Caucus* para dar voz aos Povos e Comunidades Tradicionais, em espaço correlato ao do *Caucus Indígena*.

A maioria das Organizações Não Governamentais (ONGs) admitidas como observadoras na UNFCCC se agrupam em grupos com interesses e perspectivas diversos, as constituintes. Os nove grupos refletem os nove “Major Groups/Grupos Principais” estabelecidos na Agenda 21 e reconfirmados no documento final da Cúpula Rio+20 (The future we want - A/RES/66/288).¹⁹

No início do processo de negociações da UNFCCC, organizações ambientais e empresas participaram ativamente e iniciaram canais de comunicação com o Secretariado e com as Partes. Esse engajamento resultou no primeiro reconhecimento desses grupos como constituintes, com seus Pontos Focais que facilitam o intercâmbio de informações entre o Secretariado e as ONGs observadoras admitidas.

Organizações ambientais (ENGO) e empresas (BINGO) fazem parte do processo, sendo contemporâneos ao Comitê Negociador Intergovernamental (INC), e outras constituintes se formaram e foram reconhecidas ao longo dos anos

¹⁹ A/RES/66/288. Engaging major groups and other stakeholders. The Future We Want, Parágrafo 43. Disponível em: [\(A/RES/66/288\)](#).

(englobando aproximadamente 92% das ONGs admitidas no processo da UNFCCC):

- Governos Locais e as Autoridades Municipais (LGMA) na COP 1 em 1995;
- Organizações de Povos Indígenas (IPO) na COP 7 em 2001;
- as ONGs de pesquisa e independentes (RINGO) na COP 9 em 2003;
- Sindicatos (TUNGO) antes da COP 14/CMP 4 em 2008;
- ONGs de Mulheres e Gênero (WGC) e de Crianças e Jovens (YOUNGO) - pouco antes da COP 17/CMP 7 em 2011.

Um pedido de reconhecimento da constituinte dos Agricultores está atualmente em análise, enquanto essa opera a título provisório.²⁰ Além desses, o secretariado reconhece grupos informais de organizações observadoras admitidas focadas em temas específicos, tais como: Organizações religiosas; Parlamentares; ONGs de Educação e Comunicação.²¹ Grupos informais são grupos que não são definidos como “Grupos Principais” no documento final “The future we want”, mas o Secretariado os reconhece como grupos de organizações observadoras admitidas pela COP, contribuindo para o processo da UNFCCC com ênfases temáticas específicas que não são visivelmente ou adequadamente cobertas pelo trabalho das nove constituintes existentes.

Para a criação de uma nova constituinte, não existe um procedimento formal, adotado pelas Partes. Trata-se de uma prática desenvolvida pelas organizações observadoras ao longo dos anos e reconhecida pelo Secretariado no caso de uma massa crítica com coordenação estabelecida.

²⁰ [Non-governmental organizations constituencies](#). UNFCCC Observer Relations Team. July 2025.

²¹ [Observer Handbook for COP30](#). UNFCCC Observer Relations Team. September 2025.

As experiências das constituintes estabelecidas anteriormente seguiram um procedimento parecido, que foi iniciado com a entrega de um pedido oficial por parte de algumas organizações que já possuam o status de observador admitido pela UNFCCC. As solicitações anteriores apresentavam informações sobre coerência e forma de organização do grupo, incluindo quantas pessoas e organizações faziam parte e qual a estrutura de trabalho, as distinções em relação as outras constituintes, bem como os mecanismos previstos para garantir atuação internacional e continua ao longo dos anos, entre outras informações relevantes.²² Também foi designado um Ponto de Contato responsável por coordenar o processo.

Em seguida, o Secretariado analisou as informações e reconheceu a constituinte de maneira provisória por um período de dois anos. A decisão sobre ao reconhecimento oficial dependerá da entrega de um relatório de atividades e de uma avaliação seguindo alguns critérios, incluindo:

- Capacidade de disseminar informações aos membros
- Coordenação com outras organizações com objetivos similares no processo da UNFCCC
- Comunicação e respostas às solicitações do Secretariado
- Engajamento substantivo com o processo

Em 2022, um processo informal para fortalecer o envolvimento dos observadores na UNFCCC foi iniciado pela então Secretária Executiva, Patricia Espinosa. Alguns tópicos foram discutidos e um encaminhamento desse processo incluiu “Repensar os 9 grupos constituintes de ONGs para avaliar se o agrupamento atual representa a maioria das organizações observadoras

²² Não existem critérios mínimos estabelecidos oficialmente, como o número de organizações, distribuição geográfica ou formato de trabalho, mas o Secretariado pode pedir esclarecimentos se considerar alguma informação insuficiente.

atualmente presentes ou se há necessidade de mais grupos constituintes”.²³ Não há registros sobre como esse encaminhamento foi cumprido.

Dentro desse contexto, tendo em vista que o documento final da Cúpula Rio+20 também reconhece outras partes interessadas, incluindo comunidades locais, e considerando ainda as recomendações do fórum Permanente da ONU para Questões Indígenas quanto à necessidade de distinguir de forma explícita os Povos Indígenas (PI) dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs, referenciados na UNFCCC como local communities)²⁴, a criação de uma estrutura de coordenação para os PCTs configura-se como uma oportunidade estratégica para reduzir os embates recentes e, ao mesmo tempo, ampliar e qualificar a participação desses grupos nas negociações da UNFCCC. Sendo assim, a operacionalização em formato de uma nova constituinte ou de um grupo informal dependerá de negociações com o Secretariado.

²³ [Resumo das discussões](#) do processo para melhorar o engajamento de observadores na UNFCCC.

²⁴ [OUTCOME DOCUMENT](#) The United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues, The United Nations Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples, The United Nations Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples. February 2024.

Referências

A/RES/66/288. Engaging major groups and other stakeholders. The Future We Want, Parágrafo 43. Disponível em: [\(A/RES/66/288\)](#).

FANZERES, Andrea. Brazil extends the contributions of the Platform of Local Communities and Indigenous Peoples. OPAN, 2024. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/en/2024/06/04/brazil-extends-the-contributions-of-the-platform-of-local-communities-and-indigenous-peoples/>

GREEN CLIMATE FUND – GCF. Independent Evaluation of the Green Climate Fund's Approach to Indigenous Peoples. GCF, 2025. Disponível em: <https://ieu.greenclimate.fund/sites/default/files/document/250124-ips-final-report-top-2-web.pdf>

HASSE, G.; BRUCH, K.L.; STELZER, J. *Institutionalizing Biopiracy: Analysis of the Benefit-Sharing Rules in the Brazilian Biodiversity Law*. Law, Environment and Development Journal, v. 2, n. 17, 2021, p. 1-18.

IIPFCC. Position of Indigenous Peoples on Article 6.4 Participation. UNFCCC, 2023. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/SB007_call_for_input_indigenous_international%20Indigenous%20Peoples%20Forum%20on%20Climate%20Change.pdf

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC, 2020. *Climate Change and Land. Summary for Policymakers: an IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Available at: <https://www.ipcc.ch/srccl/>.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE – IUCN. *Indigenous and Traditional Peoples and Climate Change*. Executive Summary, 2008.

IWGIA. Recognition of Indigenous Peoples in Nationally Determined Contributions. UNFCCC, 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/202302101104---IWGIA%20GST%20Indigenous%20Peoples%20in%20NDCs%20ENG.pdf>

MAKONDO, C.C.; THOMAS, D.S.G. Climate change adaptation: Linking indigenous knowledge with western Science for effective adaptation. *Environmental Science and Policy*, n. 88, 2018, p. 83-91.

MAMANI, F. H. Vivir Bien/Buen Vivir: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales. La Paz: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CADi, 4ª ed., 2010.

RAINFOREST FOUNDATION NORWAY – RFN. Falling short Donor funding for Indigenous Peoples and local communities to secure tenure rights and manage forests in tropical countries (2011–2020). RFN, 2021. Disponible en: https://dv719tqmsuwvb.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/RFN_Falling_short_2021.pdf

REED, Graeme; ALOOK, Angela; MCGREGOR, Deborah. Decolonizing climate agreements strengthens policy and research for all future generations. *Nat Commun*, 2024, n. 4810. Disponible en: https://www.nature.com/articles/s41467-024-49143-x?utm_source

SHERPA, Pasang Dolma. The Historical Journey of Indigenous Peoples in Climate Change Negotiation. IUCN, 2019. Disponible en: <https://iucn.org/news/commission-environmental-economic-and-social-policy/201912/historical-journey-indigenous-peoples-climate-change-negotiation>

TORMOS-APONTE, Fernando. The influence of indigenous peoples in global climate Governance. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 2021, 52:125–131. Disponible en: <https://static1.squarespace.com/static/575c79bfb654f9e11820a1e5/t/64761ad2035757132887ac64/1745597767633/1-s2.0-S1877343521001172-main.pdf>

TORMOS-APONTE, Fernando. The influence of indigenous peoples in global climate Governance. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 2021, 52:125–131. Disponible en: <https://static1.squarespace.com/static/575c79bfb654f9e11820a1e5/t/64761ad2035757132887ac64/1745597767633/1-s2.0-S1877343521001172-main.pdf>

LAClima

LATIN AMERICAN CLIMATE
LAWYERS INITIATIVE FOR
MOBILIZING ACTION



laclima.org



[@laclima_](https://www.instagram.com/laclima_)



[/company/laclimaorg](https://www.linkedin.com/company/laclimaorg)